

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.114 - MG (2019/0290604-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUCIANO ENDERSON DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCIANO ENDERSON DE OLIVEIRA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, objetivando, liminarmente, a concessão da ordem para suspender os efeitos do acórdão impugnado. No mérito, o afastamento da determinação de coleta de material genético do paciente, e, caso o material genético já tenha sido coletado, seja determinado o seu descarte.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão deduzida, *in casu*, é claramente satisfativa, sendo de igual modo inviável a suspensão dos efeitos do acórdão, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, após a regular instrução do feito, assim garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Oportunamente, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator